

miriamleita@oglobo.com.br

MÍRIAM
LEITÃO

Segundo Dilma, antes os presidentes não investiam em metrô. É verdade. Antes e agora. Brasil sempre negligenciou o que outros países já haviam feito

O real e a campanha

A presidente Dilma deu ontem a impressão de que não sabe que o Brasil tem um grave problema de mobilidade urbana, os metrôs são insuficientes, e também desconhece que o seu partido completou dez anos no poder. “As pessoas precisam ser transportadas com qualidade, segurança, rapidez e conforto”, disse a presidente, como se estivesse distante do governo.

Claro que isso é que é o ideal, mas em dez anos em que o PT está no poder o que aconteceu foi a piora visível das condições da mobilidade urbana. Ela pode consultar os próprios institutos de pesquisas do governo. Eles têm estatísticas e estudos mostrando que as pessoas têm demorado mais tempo no trânsito. Se não quiser consultá-los, basta um simples olhar na cena urbana ou no noticiário para ver que as pessoas não estão sendo transportadas com qualidade, segurança, rapidez e conforto.

Parte da piora foi resultado do incentivo fiscal à indústria automobilística e ao subsídio ao uso da gasolina. Para beneficiar o automóvel, o governo reduziu a Cide a partir de 2008 e depois acabou com ela. Durante o período que ela foi reduzida até ser zerada, o governo abriu mão de uma

arrecadação de R\$ 23 bilhões que, por lei, deveriam ter sido investidos em infraestrutura de transporte.

Segundo a presidente, “antes os presidentes não investiam em metrô”. Isso é verdade. Antes e agora. O Brasil sempre negligenciou o que outros países, até nossos vizinhos como Argentina, fizeram décadas atrás. Segundo Dilma, esse desprezo era derivado da convicção de que “metrô era coisa de país rico”, ideia que segundo ela foi alterada. “Nós mudamos essa concepção, metrô é coisa de país continental com grandes cidades, como o Brasil”. E, disse que o Brasil está investindo R\$ 89 bilhões em um tal PAC Mobilidade Urbana.

Na verdade, país desenvolvido tem feito vários tipos de investimento em mobilidade urbana, não apenas metrô. Aliás, tem dado preferência a opções mais baratas e práticas, como o Veículo Leve sobre Trilhos, como em Sacramento, Nova York, Phoenix, Seattle, Chicago, Vancouver, no Canadá, e cidades de França, Espanha, Inglaterra, Alemanha, China. Por ser uma espécie de metrô de superfície não tem o custo da escavação. Inúmeros países, ricos e pobres, investem em ciclovias para o uso de bicicletas com segurança, mesmo tomando espaços de carro, como fez a administração de Janette Sadik Khan, em Nova York. As soluções para as cidades serão sempre múltiplas, nunca uma só.

A presidente tem se exposto

Os pontos-chave

1

A presidente Dilma critica governos anteriores na mobilidade urbana como se o PT tivesse sido diferente

2

Governo abriu mão de R\$ 23 bi com a Cide. Dinheiro iria para infraestrutura de transportes

3

A inflação ainda não viu o centro da meta no governo Dilma e passou 10 meses acima do teto de 6,5%

mais, como sugeriram seu marqueteiro e o presidente Lula, mas, ao falar, tem cometido deslizes, como o de mandar seus adversários estudarem mais. Ou de dizer que os outros fazem campanha enquanto ela trabalha. Na verdade, Dilma tem claramente se dedicado cada vez mais tempo à campanha.

A presidente reagiu à crítica da ex-senadora Marina Silva de que o tripé que garantiu a inflação baixa – câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário – precisa ser restaurado. A propósito, tripé estabelecido no governo Fernando Henrique. Dilma respondeu – e repetiu ontem – que ele jamais foi abandonado.

A verdade é que o tripé tem sido erodido de diversas formas. O superávit primário caiu, houve intervenções excessivas no câmbio, as medidas fiscais foram adulteradas. O centro da meta de inflação não foi atingido no governo Dilma em nenhum ano, e nem o será pelas previsões do Banco Central. A meta é 4,5% e o governo Dilma passará os quatro anos sem chegar lá. Isso pelas projeções do próprio Banco Central. O intervalo tolerável vai até 6,5%, limite máximo que já foi estourado em 10 meses de seu governo.

—
Com Álvaro Gribel

AGROPECUÁRIA

Decreto facilita obra de barragens

Novas normas incentivam produtor rural a armazenar água em suas terras

As barragens com finalidade agropecuária, licenciadas pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), são consideradas empreendimentos de “interesse social”. O decreto que dá esse incentivo aos agricultores que precisam fazer o armazenamento de água na propriedade rural foi assinado pelo governador Renato Casagrande.

A mudança tem como principal objetivo facilitar a construção de barragens, indo ao encontro da necessidade de ampliar a oferta de recursos hídricos, principalmente nas regiões Norte e Noroeste

do Espírito Santo

“Estamos reduzindo a burocracia para a implantação de barragens privadas, sem descuidar da sustentabilidade nestas intervenções. Esse é mais um esforço do governo para combater a escassez de água principalmente nos períodos de estiagem”, destacou Casagrande.

O secretário estadual de Agricultura, Enio Bergoli, lembra que o balanço hídrico é negativo em dois terços do território capixaba, e armazenar água é essencial para a produção agropecuária. “Esse decreto resolve um gargalo histórico e administrativo do licenciamento, possibilitando um equilíbrio entre o dinamismo econômico e a preservação ambiental”, ressaltou.



LÉO JÚNIOR/SEAG

Uso de recursos hídricos nas propriedades deve ser ampliado com a mudança

DEFINIÇÕES

As novas regras definem que para construir barragens com finalidade agropecuária, de até 15 hectares de lâmina d'água (tipo I e II), o licenciamento será concedido onde houver a necessidade de supressão de vegetação

em estágio inicial de regeneração, árvores isoladas ou em renques, localizadas em área de preservação permanente (APP).

A permissão será condicionada ao compromisso do proprietário da barragem de promover a recuperação ambiental de to-

da a margem da represa, em faixas com extensão de cinco metros, oito metros e 15 metros, de acordo com o tamanho da propriedade rural, segundo o Novo Código Florestal.

A mudança, explica o vice-presidente da Associação dos Irrigantes do Espírito

Santo (Assipes), Érico Orletti, é importante para a produção agrícola, principalmente para o Norte capixaba. “A agricultura, para ser eficiente precisa de tecnologias e subsídios. Sem irrigação, não funciona. Os recursos hídricos estão cada vez mais escassos por isso esse novo decreto é importante para o setor”.

Segundo o diretor técnico do Idaf, Eduardo Chagas, a medida beneficia uma parcela significativa dos produtores rurais, que dependem da irrigação para manter o cultivo agrícola. “O setor cafeeiro utiliza irrigação para garantir a produtividade da lavoura. E justamente nas regiões em que há maior utilização desse recurso temos observado que a deficiência hídrica é alta”.